

VACINA CONTRA PSA PODE LEVAR ATÉ OITO ANOS PARA CHEGAR AO MERCADO

Pesquisas estão adiantadas na Europa e nos Estados Unidos, mas investimentos em pesquisa e desenvolvimento realizados na China - um dos países mais afetados pela doença - podem reduzir esse tempo

Os casos de Peste Suína Africana (PSA) têm se alastrado por diversos países da Ásia, o que demonstra que o atual surto ainda não está controlado. No continente asiático, os registros envolvem produções domésticas, industriais e de subsistência. A enfermidade também tem avançado na Europa. Países do leste europeu têm notificado a presença da PSA em criações industriais, mas problemas com suínos selvagens – o que se torna um risco para os animais domésticos – tem ocorrido na Bélgica, por exemplo.

Os casos de PSA são altamente graves porque até o momento não existe nenhuma vacina contra o vírus. Segundo Luizinho Caron, pesquisador da Embrapa Suínos e Aves e coordenador do Painel de Biosseguridade da *AveSui EuroTier 2019*, há dois estudos principais em andamento

visando o desenvolvimento de uma vacina contra PSA. Um deles é europeu, com foco em um vírus atenuado, direcionado para uso em suínos selvagens.

A outra pesquisa já resultou inclusive em uma patente pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), mas ainda requer estudos de segurança para o seu uso em massa.

Segundo Caron, citando o pesquisador do USDA Dan Rock, a estimativa para que uma vacina de PSA chegue ao mercado gira em torno de oito anos. "Sabemos, no entanto, que a China é atualmente um país muito versátil na área de pesquisa e desenvolvimento, com diversos pesquisadores trabalhando especificamente com a PSA, o que talvez possa reduzir um pouco o tempo para se chegar a essa vacina, principalmente pelo fato de a suinocultura chinesa estar sendo seriamente afetada por essa enfermidade", comenta.

O Brasil já enfrentou um surto de PSA em 1978. De acordo com o pesquisador da Embrapa Suínos e Aves, isso fez com que o país aprendesse a atuar de maneira preventiva – controlando os principais pontos de risco - quanto a uma eventual entrada do vírus em território brasileiro. "O maior risco é a chegada com restos de alimentos em aviões ou embarcações, e também com viajantes trazendo produtos derivados de suínos na mala", ressalta. Informar as pessoas é uma medida importante, aliada ao fato de o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e os Serviços Veterinários Estaduais fiscalizarem as sobras alimentares em aeronaves e navios, o que tem sido feito. "Todos os cuidados têm sido adotados, mas, na medida em que aumenta a disseminação da enfermidade pelo mundo, cresce os riscos para todos os países, por isso é necessário redobrar a atenção e a fiscalização", conclui Caron. ⁴¹



Luizinho Caron,
pesquisador da
Embrapa Suínos
e Aves



Assista ao vídeo com a entrevista em:

www.aviculturaindustrial.com.br/biosseguridade1291

